

**DISCURSO, REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENAS:
AILTON KRENAK E RAONI METUKTIRE NO DOCUMENTÁRIO *FALAS DA
TERRA***

INDIGENOUS DISCOURSE, REPRESENTATIVENESS AND RESISTANCE:
AILTON KRENAK AND RAONI METUKTIRE IN THE DOCUMENTARY EARTH
TALKS

Rafaela Cláudia dos Santos¹

Universidade Federal da Paraíba

Regina Baracuh²

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os discursos de Ailton Krenak e do cacique Raoni Metuktire na produção audiovisual *Falas da Terra*, que permite suspender o véu da invisibilidade das vozes indígenas através de depoimentos de representantes indígenas de todo o Brasil. Esta pesquisa é subsidiada pelo aporte teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos (1988, 2003, 2006, 2009, 2013a, 2013b, 2019). O método utilizado é o arqueogenealógico de Michel Foucault, que permite escavar as condições históricas e sociais que moldam a produção e a circulação desses discursos, entrelaçados na teia do saber-poder e nas práticas de si. Nesta investigação, o conceito de discurso é mobilizado como “um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível e polêmicos e estratégicos por outro” (FOUCAULT, p. 9, 2013a). O *corpus* é composto por recortes do documentário *Falas da Terra*, que problematizam a história da colonização brasileira, para desmistificar narrativas consolidadas na memória social, que geram preconceitos e estereótipos em relação aos povos originários. Este estudo questiona quem são os sujeitos indígenas legitimados a falar na sociedade atual. Os discursos dos líderes indígenas Krenak e

¹ Doutoranda pelo Proling/UFPB. Mestre pelo programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem PPCL/UERN. Compõe o corpo técnico da Revista Saridh: Linguagem e discursos do Seridó (FELCS/UFRN). Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literatura pela mesma instituição de ensino. Pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela UNP. Coordenou a ação vencedora do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (2020) "Rede museu histórico para salvaguarda do patrimônio cultural". Esteve à frente da ação de educação patrimonial "Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana" premiada pelo Instituto Brasileiro de Museus, através do Prêmio Darcy Ribeiro (2021). É membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN/GEDUERN. Os seus interesses de pesquisa são: Análise de Discurso, trabalhos voltados para o Ensino de Língua Portuguesa e áreas afins.

² Professora doutora Regina Baracuh é vinculada à Universidade Federal da Paraíba e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Adota, como aporte teórico-metodológico, os pressupostos da área dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Orienta e desenvolve pesquisas que envolvem temáticas relacionadas ao discurso, sujeito, poder, governamentalidade e espaço na mídia digital e cartografias de espaços urbanos. É Membro do GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL e coordena o Grupo de Pesquisa interinstitucional CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso (UFPB /CNPq). E-mail: mrbl@academico.ufpb.br

Raoni destacam movimentos socio-históricos de resistência indígena, ancorados em relações de poder-saber e em um enfrentamento histórico-político, atravessado por dispositivos jurídicos. Eles percebem que somente através da mobilização de garantias legais é que os grupos indígenas conseguem alguma salvaguarda. Além disso, suas lutas e resistências são cotidianas e permanentes.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Representatividade Indígena; Documentário *Falas da Terra*; Dispositivo jurídico.

Abstract: This work aims to analyze the discourse of Ailton Krenak and tribal chief Raoni Metuktire in the audiovisual production *Earth Talks*, which allow us to highlight the veil of invisibility of indigenous voices through testimonies from native representatives from all over Brazil. This research is subsidized by the theoretical contribution of Foucaultian Discursive Studies (1988, 2003, 2006, 2009, 2013a, 2013b, 2019). We worked with Foucault's archeogenealogical method, which makes it possible to approach the historical and social conditions regarding the production and circulation of these discourses, intertwined in the web of knowledge-power and self-practices. In this investigation, the concept of discourse is taken as “a regular set of linguistic facts at a certain level and polemic and strategic on the other” (FOUCAULT, p. 9, 2013a). The corpus consists of excerpts from the documentary *Earth Talks*, which problematizes the history of Brazilian colonization, to demystify narratives consolidated in social memory, that generate prejudices and stereotypes about original peoples. This study questions the indigenous subjects legitimized to speak in today's society. The speeches of indigenous leaders Krenak and Raoni highlight socio-historical movements of indigenous resistance, anchored in power-knowledge relations and a historical-political confrontation, traversed by legal devices. They realize that only through the mobilization of legal guarantees can indigenous groups achieve some safeguard. Furthermore, their struggles and resistance are daily and permanent.

Keywords: Foucaultian Discursive Studies; Indigenous Representativeness; Documentary *Earth Talks*; Legal Device.

Submetido em 11 de setembro de 2024.

Aprovado em 23 de outubro de 2024.

Notas introdutórias: A relevância social da pesquisa com a temática indígena

Este trabalho surge da necessidade de fazer reverberar os discursos que abordam a temática indígena, em decorrência do apagamento das lutas dos povos originários na história do Brasil.

A pesquisa é socialmente impactante por discutir questões que permitem, no âmbito discursivo, investigar os aspectos de visibilidade/invisibilidade dos grupos indígenas, excluídos das narrativas oficiais contadas pelo viés do colonizador.

Nosso *corpus* é composto por um conjunto de enunciados referentes à produção audiovisual brasileira *Falas da Terra*, com foco nas declarações de Ailton Krenak e do Cacique Raoni Metuktire. Objetivamos analisar os discursos de resistência desses líderes indígenas a partir dessa produção audiovisual.

Falas da Terra impactou os modelos vigentes do gênero documentário. Seu pioneirismo se deve ao fato de ter um elenco composto por indígenas com depoimentos reais de representantes de diversas etnias brasileiras. Essa obra exemplifica práticas discursivas que promovem e disseminam outros modos de subjetivação do indígena na sociedade contemporânea. Simultaneamente, desafia práticas não-discursivas, relações de poder-saber e jogos de verdade, consolidadas na memória social sobre o sujeito indígena, por meio de políticas excludentes que perpetuam o preconceito e a segregação desses povos.

A estreia do documentário *Falas da Terra*, transmitida pela TV Globo, alcançou audiência nacional e internacional, e está disponível na plataforma de streaming **GloboPlay**. Ele ocorreu em 19 de abril de 2021, no "Dia do Índio", uma data atualmente problematizada, especialmente por grupos indígenas e pesquisadores que instituem novas práticas de saber-poder, legitimadas pela lei 14.402/22, que alterou essa nomenclatura para "Dia dos Povos Indígenas".

Falas da Terra propicia discussões sobre questões polêmicas da colonização brasileira, além de desmistificar imagens românticas e estereotipadas dos povos originários.

Há uma forte influência da visão colonizadora na construção da história do Brasil, enquanto as populações originárias são consideradas coadjuvantes ou sequer citadas (RIBEIRO, 1995; ALMEIDA, 2010; CUNHA, 2012; MUNDURUKU, 2012; KRENAK, 2020). A interdição de discursos para se contar a história indígena foi observada em narrativas que circula(va)m no âmbito acadêmico, desde o ensino formal, em instituições de referência como a escola, como também no cinema, na música, nas telenovelas e nos discursos do cotidiano.

Para que possamos empreender nossa investigação teórica, contamos com o auxílio de pesquisadores que trabalham com a temática indígena, tais como Moniot (1988), para uma discussão em contexto mundial; Ribeiro (1995), Almeida (2010), Cunha (2012), assim como Munduruku (2012) e Krenak (2020), em âmbito nacional.

Importante salientar a pesquisa linguística realizada por Aryon Rodrigues (1994), que é uma referência nos estudos de línguas nativas brasileiras, pois sua contribuição possibilitou o conhecimento sobre a heterogeneidade das línguas indígenas, consideradas extintas ou perdidas no tempo, para demarcar os saberes originários, muitos dos quais negligenciados pela colonização eurocêntrica.

Ao promover a circulação de seus saberes, especialmente no que tange à diversidade linguística, Rodrigues trouxe luz e visibilidade para as comunidades indígenas. Além desse autor, ressaltamos a pesquisa de Maria Sílvia Cíntia Martins (2020), que utiliza os preceitos dos Estudos Discursivos Foucaultianos para refletir acerca da temática indígena, sob a ótica da microfísica da resistência. Segundo ela, os indígenas, que habitam a região do Alto Rio Negro, tiveram que se reinventar para conseguir manter suas línguas e suas existências frente aos processos violentos da colonização portuguesa. Para tanto, foi necessária uma resistência/resiliência territorial, cultural e linguística, especialmente a partir do compartilhamento, com os missionários, da língua geral amazônica Nheengatu, mais próxima da língua portuguesa.

Quanto às referências na área dos estudos do discurso, propomos a utilização de autores como Foucault (1988, 2003, 2006, 2009, 2013a, 2013b e 2019), Baracuhy (2020) e Fischer (2012).

O caráter inovador deste estudo reside no fato de que, até o momento, não existem pesquisas na área dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que analisem os depoimentos indígenas, considerando as condições de emergência para irrupção de seus discursos no documentário *Falas da Terra*. Essa lacuna possibilita a realização de um trabalho inédito, com base nas propostas teóricas de Michel Foucault, para investigar quem são os sujeitos indígenas legitimados a falar e a escrever sua história como protagonistas na sociedade contemporânea, profundamente marcada por memórias colonizadoras.

1. Abrindo a caixa de ferramentas foucaultiana

Pelas lentes dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os enunciados materializam práticas discursivas. Foucault entende que o enunciado é um “átomo do discurso” (2019, p. 90), um nó em uma rede, ou seja, se conecta com outros feixes de enunciados com os quais estabelece tipos de correlações diversas (de dependência, de ordem, de sucessão, de

oposição, etc.), constituindo um grande “campo ou domínio associado”, no interior do qual todo enunciado se insere, visto que tem suas margens povoadas por outros.

Ao trabalhar com essa perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, podemos analisar acontecimentos discursivos para compreender o enunciado em sua singularidade, em sua irrupção histórica, por isso é que Foucault (2006, p. 26) nos ensina que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

A análise enunciativa busca compreender a aparição dos enunciados em condições específicas de produção, sua relação com outros enunciados, os jogos de objetivação e subjetivação, as práticas de resistência e liberdade do sujeito.

Esta abordagem sócio-discursiva permite também investigar a produção e a circulação de enunciados-acontecimentos, considerando as vontades de verdade de uma época, que emergem na teia das esferas sociais, políticas e econômicas para determinar as condições de produção e circulação dos discursos. Assim, ao pensarmos em analisar discursos com Foucault, “precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas [...]” (FISCHER, 2012, p. 73).

Foucault (2006) enfatiza a importância de atentarmos para as condições de possibilidade que fazem emergir certos dizeres em detrimento de outros. Nessa perspectiva, é equivocado atribuir, ao olhar interpretativo, a tarefa de revelar algo oculto, implícito ao discurso.

não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro; como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (FOUCAULT, 2019, p. 34).

Ao estudar as regularidades discursivas para analisar as singularidades enunciativas, Foucault nos apresenta o conceito de formação discursiva (FD), a qual pode ser descrita, quando “entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) [...]” (2019, p. 47). Além disso:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações (FOUCAULT, 2019, p. 76).

A análise de distintas formações discursivas revela como o poder e o saber estão entrelaçados na constituição das vontades de verdade em uma dada época, na medida em que as FDs fazem circular enunciados, ao mesmo tempo em que interditam outros que estão fora da ordem do “verdadeiro”. Portanto, a verdade não é absoluta nem universal, mas um efeito das relações de poder que a regulamenta e a sanciona.

Cada período estabelece seus próprios regimes de verdade, definidos por instituições responsáveis por determinar o que é considerado “verdadeiro” em uma dada época. Esses regimes são influenciados por forças sociais, econômicas, políticas e culturais, que moldam os discursos predominantes e consolidam normas para a aceitação do que é dito e acreditado como verdade. Neste sentido, os jogos de verdade são reformulados e redefinidos, conforme as dinâmicas sociais específicas de cada momento histórico (FOUCAULT, 2013b).

Para o filósofo, cada sociedade desenvolve suas próprias formas de lidar com a verdade. Foucault (2009, p. 12) afirma que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

A análise foucaultiana permite compreender como a verdade é uma construção social, resultante das interações entre discurso-saber-poder e como os regimes de verdade são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas. Neste estudo, foi possível observar o modo como os discursos indígenas integram a vontade de verdade desta época.

O documentário *Falas da Terra* põe em circulação saberes indígenas que só emergem e adquirem legitimidade, devido às relações de poder predominantes na história

do presente, como por exemplo, ter sido criado um Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em janeiro de 2023, no governo Lula, comandado por uma representante indígena, para implementar políticas públicas para os povos originários.

Foucault ressalta que a vontade de verdade se apoia em um suporte institucional e “é reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (2006, p. 17).

Um exemplo dessa credibilidade atual do saber indígena é a posição-sujeito intelectual atribuída a Ailton Krenak. Seus discursos, no século XXI, são valorizados, refletindo uma transmutação nos regimes de verdade, uma vez que, há alguns anos, as falas dos indígenas eram frequentemente silenciadas e invisibilizadas. Portanto, a noção de verdade em Foucault é contextual e histórica, sendo moldada por práticas (discursivas e não discursivas) e estruturas de poder que variam ao longo do tempo.

Nietzsche (2009) e Foucault (2006) abordam a questão das rupturas, tanto em relação às verdades absolutas quanto às amarras institucionais. Para esses estudiosos, os sujeitos podem desafiar as formas de objetivação impostas pela ordem determinada por vontades de verdade. Dessa maneira, por meio das resistências, pode haver uma mudança do que é considerado verdadeiro em um determinado período; no entanto, esse processo não ocorre de maneira simples e acelerada. São necessários anos e a organização de grupos que resistem, bem como articulações de movimentos coletivos. É o caso dos discursos dos povos originários, que, após intensos esforços, lutas e resistências, buscam ganhar visibilidade e ter seus discursos socialmente validados.

Aprofundaremos um pouco mais a respeito das categorias Saber-Poder, Vontade de Verdade e Resistência no tópico a seguir.

2. Saber-Poder, Vontades de Verdade e Resistência

Considerando os postulados investigativos de Michel Foucault, ao longo de sua vasta produção científica, o poder emerge como um conceito primordial, compreendido como relações de forças difusas que se exercem nas práticas cotidianas. Foucault advoga que o poder e o saber estão diretamente implicados; pois “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2013b, p. 27).

O poder é transitório, se move, se molda, atravessa as relações sociais, é produtor de assimetrias (FOUCAULT, 2009). Essa transitoriedade do poder pode ser exemplificada pelos casos destacados no documentário *Falas da Terra*, em que os sujeitos indígenas mudam de um lugar de fala de descrédito e se tornam escritores, ativistas ambientais e povos detentores também de saber científico, legitimados por meio de diplomas e dispositivos jurídicos, conquistados através de um processo árduo. O próprio Ailton Krenak alcançou um grau de excelência ao ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras.

Ao afirmar que “onde há poder, há resistência” (2013b, p. 105), Foucault atribui à resistência, uma prática co-extensiva ao poder. Ela não opera isoladamente; é parte integrante do jogo de poder. Para ele, a resistência não é simplesmente um ato de oposição ou negação. Trata-se de um processo ativo de contestação e transformação que opera dentro das relações de poder estabelecidas. Resistir, portanto, é desafiar a ordem constituída e, ao mesmo tempo, criar novas possibilidades e formas de existência para o sujeito. Tal prática insurgente transborda os limites impostos pelo poder e contribui para a reconfiguração e transformação das estruturas sócio-discursivas. Entende-se pelos depoimentos do Cacique Raoni e de Ailton Krenak que os povos originários conseguiram fortalecer o movimento de resistência, a partir do momento em que houve uma aglutinação de várias etnias em prol da luta indígena.

A resistência gera incômodo e inovação. Foucault (1988) sugere que ela é capaz de produzir novos discursos e práticas que desafiam e transformam as formas vigentes de saber e poder. Ao engendrar possibilidades outras, a resistência contribui para a mudança de práticas sociais e faz avançar a História.

A perspectiva foucaultiana da microfísica da resistência oferece uma lente poderosa para entender como os grupos indígenas desafiam e reconfiguram as narrativas e estruturas dominantes, nas práticas discursivas e não-discursivas de sujeitos como Ailton Krenak e o cacique Raoni. A luta desses povos não se limita a resistir às opressões; ela também visa a transformar as condições de poder e promover novos modos de reconhecimento e valorização cultural. A resistência desses grupos é um exemplo de como a força de oposição pode criar novas possibilidades e espaços para a expressão e o reconhecimento, mesmo diante das adversidades e da marginalização histórica.

Krenak, em *Falas da Terra*, ocupa também a posição-sujeito de acadêmico e escritor. Isso só foi possível graças a esse movimento de transitoriedade das relações de saber-poder, imerso em uma história descontínua, como nos lembra Foucault (2019), pois até pouco tempo, os povos originários não ocupavam posições de destaque dentro da sociedade e nem detinham o direito de ter uma profissão. Krenak é um exemplo dessa representatividade.

Os conceitos de poder/resistência nos ajudam a compreender como os saberes indígenas são mobilizados e circulam em nossa sociedade, constantemente atravessada por discursos preconceituosos que se originaram nas dinâmicas de dominação e resistência durante o processo colonizador.

A fala do cacique, ao afirmar que viajou pelo mundo para lançar luz sobre os povos indígenas e reivindicar os direitos das causas de seu povo, destaca a mobilização de conhecimentos e poderes articulados em uma teia de resistência. Ele busca dialogar com representantes do saber religioso, como o Papa, presidentes da república e chefes de Estado de países como a França. Além disso, confronta diretamente os conhecimentos dos colonizadores e os estereótipos impostos aos seus ancestrais, desafiando as formações discursivas dominantes e reconfigurando a percepção pública sobre os povos originários.

A liderança do chefe Metuktire visa a, não apenas disseminar os conhecimentos dos povos originários, mas também enfrentar e reconfigurar os discursos dominantes, inserindo a visão indígena como legítima e válida dentro dessas formações discursivas. O exposto nos leva a pensar sobre as cartografias foucaultianas, que discutiremos a seguir.

3. Foucault e as novas cartografias

Deleuze (2005) reporta-se a Foucault como “um novo cartógrafo” e Albuquerque Júnior (2008) designa o intelectual francês como “cartógrafo do nosso tempo, do nosso mundo”, caracterizando-o como “o cartógrafo das margens”. Responsável por mapear, esquadrihar, inspeciona os níveis do terreno, as curvaturas, as fissuras, move a atenção do que sempre foi considerado como fundamental, visível, para tornar perceptível o que sempre foi colocado às margens, às bordas, como criminoso, hostil. Nas palavras de Baracuhy (2020, p. 131):

Quando pensamos em fazer uma análise cartográfica da cidade, temos em mente uma cartografia social que, diferentemente da tradicional, cujo objetivo é traçar mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, vai se ocupar dos mapas de relações de força, que envolvem agenciamentos de saberes e poderes com suas táticas e estratégias, materializadas em enunciados, em jogos de objetivação e subjetivação, em práticas de resistência e liberdade, estabelecendo múltiplas e diferenciadas relações, onde o poder opera um esquadramento de todo o campo social.

Esse tipo de cartografia, que se apropria do método arqueogenealógico, é necessária para descrever e interpretar componentes discursivos de práticas de saber-poder, na tentativa de realizar um diagnóstico do presente, a fim de pensarmos como uma dada população pode *ser* e *agir* diferentemente da governamentalidade³ prevista para ela.

Interessa-nos cartografar as práticas que se materializam nos enunciados que transitam nos espaços sociais, rurais, urbanos, movendo-se das ruas para outros espaços, como o midiático. Na contemporaneidade, as redes sociais (Instagram, TikTok, WhatsApp, Youtube) podem funcionar como um espaço heterotópico de resistência.

Os movimentos de resistências não abandonaram as ruas para se alojarem em outros espaços, eles encontraram outras táticas e estratégias de fortalecimento, que vão se aglutinando e se propagando por meio de produções audiovisuais, enunciados-hashtags para alcançar novos públicos e visibilidades.

No caso especial de *Falas da Terra*, é importante destacar o modo como a resistência indígena se articulou para disseminar suas narrativas de reivindicação. O documentário alcançou outros públicos, sendo exibido tanto nacionalmente pelos canais de TV aberta quanto disseminado por plataformas de *streaming* e redes sociais.

Quando tratamos de cartografar, utilizando os pressupostos epistemológicos de Foucault, significa fazer aparecer os diagramas de força, os embates sociais para dar vez e voz a esses *sujeitos* que resistem, incomodam, pelo fato de estarem constantemente reivindicando seus saberes, corpos e línguas subjugadas pelo dispositivo colonial em nossa sociedade brasileira.

³ Governamentalidade é um termo cunhado por Foucault (2008, p. 143-144), sendo compreendido como: [...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”.

Ao tratar da *vida dos homens infames*, Foucault as observa pela ótica microfísica, para mostrar “como aquelas vidas, que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e desaparecer sem nunca terem sido ditas”, (FOUCAULT, 2003, p. 98) foram ressignificadas pelo encontro com o poder. Com essas considerações, engatilhamos o próximo tópico, que tratará da temática indígena por meio da analogia entre a *vida dos homens infames* e a dos sujeitos indígenas em nosso país.

4. Olhares para as discursividades sobre o sujeito indígena no Brasil

Romper com vontades de verdade instituídas dentro do convívio social é desafiador, por isso é importante lembrar da vontade de verdade, instituída e perpetuada pelo olhar colonizador no território brasileiro, que ainda precariza a população indígena, sob eterno estado de tutela do governo. Assim, os indígenas são sujeitos infames na medida em que Foucault descreve suas *vidas efêmeras*: “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras” (FOUCAULT, 2003, p. 203).

No entanto, podemos observar que, na atualidade, vem crescendo o número de pessoas que se autodeclaram pertencentes aos grupos indígenas, como foi comprovado através dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Isso se deve a alguns fatores, como o movimento indígena brasileiro, iniciado de forma articulada nos anos 1970, a redemocratização do Brasil nos anos 1980 e os direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988, permitindo o advento de políticas públicas direcionadas à questão (CUNHA, 2012; MUNDURUKU, 2012), que propiciaram um elevado volume de produção de conhecimento acerca da temática indígena, por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

No âmbito educacional, por exemplo, estabeleceu-se a garantia do ensino escolar da língua materna indígena, como consta no 2º parágrafo do artigo 210: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

No campo da Linguística, Aryon Rodrigues (1994) reuniu uma vasta contribuição sobre as línguas nativas brasileiras, visando à popularização do saber sobre a questão,

pelo fato de o autor optar por uma escrita simplificada, objetivando o amplo acesso sobre o multilinguismo indígena.

Outra problemática a ser considerada diz respeito às posições–sujeito, construídas para os indígenas em livros didáticos de História desde o período do Brasil Imperial, em que eles eram objetivados, a partir de um imaginário folclórico idílico – o belo índio nu na floresta com arco e flecha – ou como selvagem antropófago, amedrontador. Embora ainda persistam essas características identitárias para os indígenas brasileiros, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígenas, a partir da Lei nº 11.645/2008, para a educação básica brasileira, pode ser considerado um acontecimento que possibilita outras formas de reescrever e ensinar o protagonismo indígena.

Como desdobramento do reconhecimento dos direitos e conquistas indígenas estabelecidos pela Constituição de 1988, e do conhecimento desenvolvido sobre a temática indígena, no ano de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.645, de 2008, que tornou obrigatório o ensino da história indígena no currículo da educação básica: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

A partir de tal instrumento normativo, a Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi conseqüentemente modificada e passou a assegurar no currículo comum o ensino da história indígena.

As lutas e resistências indígenas são históricas. Desde o momento em que o Brasil foi invadido pelos portugueses, é possível observar que, ao longo dos anos, os grupos indígenas foram se organizando e aprendendo a se articular, sempre atravessados por um dispositivo jurídico em busca de reconhecimento e de suas demandas.

Os povos originários passaram a tomar ciência de que seus saberes e direitos só seriam minimamente garantidos, quando existisse um aparato jurídico para resguardá-los, então começaram a procurar na Câmara dos Deputados, Senado ou na Presidência, os representantes do povo branco, travando com eles diversos embates insurgentes.

Mais recentemente, os povos indígenas conseguiram eleger algumas representatividades no meio político, como é o caso de Sônia Guajajara, que recebeu mais de 150 mil votos e foi eleita Deputada Federal pelo estado de São Paulo na eleição de

2022 (2023-2026). Além disso, ela foi a primeira a compor uma chapa presidencial no Brasil, em 2018, ao lado de Guilherme Boulos. Devido à sua representatividade, Sônia foi convidada pelo Presidente Lula, em seu atual mandato, para ser Ministra dos Povos Originários (até então, não existia o ministério destinado a essa área específica). Célia Xakriabá, representante indígena, também foi eleita para o mandato de (2023-2026) no estado de Minas Gerais. Além delas, mais três representantes indígenas foram eleitos nesta última eleição para cargos de deputados/as federais.

O preconceito e a incipiente representatividade nas esferas do poder estatal ainda estão presentes nos dias atuais. As conquistas dos povos originários emergem de um longo processo de resistência, ressaltando avanços na história do nosso país, mas também apontando para a necessidade de continuidade nessa transformação.

5. Perspectivas Foucaultianas sobre *Falas da Terra*

A partir da produção audiovisual "Falas da Terra", nossas análises enfocam os discursos do líder indígena Ailton Krenak, do povo Krenak de Minas Gerais e do cacique Raoni Metuktire, da etnia Kayapó de Mato Grosso.

É preciso apresentar brevemente a trajetória dos líderes acima mencionados para salientar a importância deles na resistência política indígena brasileira. O primeiro é conhecido pela sua luta por direitos ambientais para os povos originários. Nos anos de 1980, fundou a União das Nações Indígenas e a Aliança dos Povos da Floresta. Além de ter desempenhado importante papel nos direitos garantidos a partir da Constituição Federal de 1988. Esse porta-voz da luta ancestral também contribuiu para a criação de políticas públicas em Minas Gerais voltadas para as diversas etnias presentes no estado. Ele ainda ocupa a posição-sujeito de ambientalista, filósofo e escritor (KRENAK, 2020). No ano de 2023 foi eleito para ocupar a cadeira de número cinco na Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro indígena a ocupar tal espaço de representatividade.

Consoante a página pública na internet do Instituto Raoni⁴: Cacique Raoni Metuktire é conhecido mundialmente por ser um ativista indígena que luta pelos direitos dos povos originários. Sua atuação em defesa dos povos da Amazônia o tornou

⁴ <https://institutoraoni.org.br/cacique-raoni/>

internacionalmente reconhecido, sendo tema de um documentário indicado ao Oscar em 1978. Sua notoriedade internacional foi ainda mais destacada pelo seu encontro com o cantor Sting, que ocorreu no Parque Indígena do Xingu. Os dois fizeram uma turnê juntos em 1989, e o cacique tratou das necessidades dos povos indígenas. Contribuiu para o movimento da constituição de um parque nacional no Rio Xingu. Viajou pelo mundo para espalhar suas mensagens e buscar sempre os direitos dos povos originários. Procurou visitar representatividades como o ex-presidente francês Jacques Chirac e o Papa Francisco (MARASCIULO, 2019). Mais recentemente, esteve na cerimônia de posse do Presidente Lula, subindo a rampa do Palácio do Planalto como representante indígena, ao lado de outras sete representatividades civis.

Tanto o Cacique Raoni como Krenak são exemplos de como o poder age nas suas microrrelações do cotidiano, além de celebrarem a máxima foucaultiana de que “onde há poder há resistência”. Dessa forma, esses dois exímios líderes tiveram contatos momentâneos com o poder, o que lhes permitiu dar uma maior visibilidade para as causas indígenas, tão silenciadas e desrespeitadas, como ambos fazem questão de destacar.

A produção audiovisual *Falas da Terra* nos permite analisar diversos aspectos referentes às lutas dos povos originários, abrangendo desde a invisibilidade até a representatividade. Por uma necessidade de recorte de pesquisa, trataremos apenas dos discursos do cacique Raoni e de Ailton Krenak. Devemos ressaltar ainda que *Falas da Terra* é uma produção realizada por profissionais indígenas de diversas áreas artísticas, desde a direção até a produção do documentário, que destaca o protagonismo dos povos originários, demonstrando que os indígenas podem exercer a profissão que desejarem e ocuparem espaços institucionais, assim como qualquer outro cidadão brasileiro.

No entanto, quando eles proclamam que os indígenas devem poder ocupar a posição social que quiserem, não é porque seja fácil, pois se sabe que isso decorre de uma luta diária. Trata-se de enfatizar que o sujeito indígena não deixará de ser mais ou menos indígena pelo fato de ocupar uma cadeira na universidade ou exercer a profissão que desejar. Esta fala representativa vai de encontro à perspectiva colonial, que perdurou por muito tempo e ainda persiste até hoje, com enunciados que ora romantizam os povos originários, ora os trata como selvagens, sugerindo que devem viver de forma primitiva e lhes negando a possibilidade de outros modos de existência.

Krenak enuncia: "*O fato de sermos os primeiros habitantes não nos garantiu nada. Pelo contrário, nos lançou numa luta incessante pelos direitos à nossa cultura, à nossa língua mãe e ao nosso território [...]*". O fragmento inicial da fala de Ailton rememora a história dos diversos povos originários, que habitam as terras, hoje conhecidas, como brasileiras e que as veem sendo invadidas há mais de quinhentos anos. Demarca a luta, o movimento de resistência deflagrados desde a época da invasão europeia.

Assim, é possível notar que existem três eixos iniciais de resistência estabelecidos pelos grupos indígenas: **a) a luta pelo direito às terras; b) a luta pelo direito à preservação dos seus costumes, ou seja, à cultura c) o direito à conservação da língua-mãe e às línguas nativas de seus povos.** Essas línguas foram totalmente impactadas na busca contínua por uma higienização e homogeneização, através da imposição violenta da língua portuguesa.

Krenak continua: "*E a cada dia vamos ter que insistir nesse nosso direito de constituir o Brasil. Temos apenas a realidade. Vamos ter que conquistar nossos direitos dia a dia*". O líder indígena destaca a questão da resistência diária dos povos originários. Se existem hoje direitos e garantias para os grupos indígenas, é porque há uma grande mobilização e militância. Assim, verifica-se uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2013b) na fala do filósofo da terra, que ressalta a necessidade de protagonismo nas lutas indígenas.

Conforme Martins (2020), mais do que resistência, existe um limiar entre resistência e resiliência que deve ser considerado. Esta fronteira revela a capacidade dos sujeitos de, não apenas resistirem às opressões impostas por estruturas de poder, mas também de se adaptarem e transformarem essas adversidades em força para a batalha por reconhecimento e direitos. Em outras palavras, resistência e resiliência caminham juntas, configurando uma dinâmica complexa de sobrevivência e transformação em condições de opressão.

Ao examinar as ações dos povos originários, especialmente nos discursos de Ailton Krenak e do cacique Raoni, podemos identificar como essas duas forças se manifestam e interagem, contribuindo para a manutenção e consolidação da cultura indígena de forma resistente e resiliente.

Segundo Albuquerque Junior (2008), o aporte teórico–metodológico de Michel Foucault possibilita a cartografia de “sujeitos infames”, que vivem à margem da sociedade, como podem ser considerados os indígenas. Krenak acentua que é necessário realizar uma cobrança histórica para que sejam reconhecidos os hábitos e costumes do seu povo como legítimos.

O representante dos povos originários continua “ Eu sou Ailton Krenak. Entre outras coisas, eu sou escritor de livros já publicados em oito línguas, além do português”.

Krenak demarca diversos lugares de resistência que ocupa. A posição de sujeito indígena poliglota e escritor, que ele ocupa na sociedade, de acordo com Foucault (2006), mobiliza “um saber que foi feito para cortar”; isto é, a leitura e a escrita funcionam como armas poderosas em uma luta contra poderes hegemônicos. Ele resiste fortemente por meio de seus escritos. Além disso, destaca-se outra posição de sujeito, a de militante das causas indígenas e ambientais.

Em um acontecimento no ano de 1987, na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, o ativista pintou o rosto de preto e defendeu os direitos dos povos indígenas frente à Constituição de 1988, como pode ser verificado no enunciado a seguir:

[...] Eu espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos. Os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco — e nunca colocaram — a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos senhores poderia nunca apontar ato ou atitudes da gente indígena do Brasil que colocasse em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos o alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas por palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é o inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da Nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil; os senhores são testemunhas disso [...].

Uma fala ética em que cobrou direitos, denunciou abusos, delimitou as subjetividades dos povos originários em relação aos modos de vida diferentes dos sujeitos ditos “brancos” e exigiu mais respeito. Além de estabelecer uma correlação entre os interesses estatais e as questões meramente econômicas do capitalismo, critica-se os parlamentares por evitarem a defesa dos direitos indígenas, uma vez que isso, de algum modo, comprometeria o “progresso econômico”.

Destaca-se também o viés político, capitalista, marcado pela destruição inadmissível do território e do povo amazônicos, devastados pela selvageria do branco com o desmatamento para extração ilegal de madeira e minérios, assim como a prostituição e violação de indígenas.

O intelectual indígena menciona: “*desde então, a minha luta segue o mesmo propósito: resistir, resistir e resistir*”. Krenak assinala enfaticamente que só existe uma maneira de os povos originários serem legitimados no Brasil: por meio das lutas e resistências. Tal como Foucault discute em *A Verdade e as Formas Jurídicas* (2013a), os dispositivos jurídicos atuam sobre a vida e os corpos dos sujeitos. A *vontade de verdade* se apoia em um suporte institucional (Foucault, 2006), que possibilita um gerenciamento de saberes e poderes, portanto, os povos indígenas só terão seus saberes efetivamente credibilizados e seus direitos assegurados, se houver uma legislação que lhes resguarde o exercício da plena cidadania e lhes permita uma mudança da sujeição à subjetivação.

Em se tratando de *governamentalidade da população indígena*, podemos dizer que ela é regulada por uma *necropolítica* (Mbembe, 2018), pois seus territórios continuam a ser usurpados, seus povos, violados; suas línguas; interditas e apagadas, assim como seus modos de vida e tradições ancestrais.

Um exemplo expressivo é o *Marco temporal*, que se utiliza de um aparato jurídico para tentar tornar ilegítimos os territórios dos povos indígenas, que supostamente não ocupassem as terras até cinco de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. É mais uma maneira de tentar usurpar os direitos desses povos. Sabe-se da tentativa de extermínio que ocorreu no Brasil em relação à população indígena. Diversos povos e etnias foram deslocados bruscamente de seus territórios, alguns retornaram, outros não conseguiram. Dessa forma, o *Marco temporal* adentra nos propósitos do descrédito aos povos originários, os primeiros habitantes das terras que chamamos hoje de Brasil.

Além disso, é possível observar que o motor dos discursos mobilizados pelo *Marco temporal* é o regime capitalista, que enxerga a Terra apenas sob o viés da exploração e do lucro. Os grupos indígenas são vistos como impeditivos para o progresso, pois em suas terras existe um modo de vida sustentável (um outro modo de vida), o que é incompatível com o neocapitalismo, onde o lucro é o que realmente importa.

Nessa perspectiva, outra batalha, que foi e ainda é travada pelos povos indígenas, é a questão da demarcação dos territórios, a resistência e busca por um aparato legal que resguarde o direito de morarem nos territórios que são deles, em que eles vivem e cuidam.

Raoni corrobora com a fala de Ailton, sendo possível notar a regularidade discursiva na luta por direitos e garantias para os povos originários. O cacique inspirou Krenak e outros líderes de gerações posteriores a ele, bem como ressaltou a necessidade da militância indígena pelo mundo.

No documentário, o cacique acentua seu empoderamento como líder indígena, ao marcar este lugar social e falar no idioma Kayapó ou Mebêngôkre, para enfatizar o direito à *língua materna*, às línguas nativas de seus ancestrais. Essa escolha não é aleatória, pois mesmo tendo conhecimento da língua portuguesa, ele opta por uma “prática de si” estratégica, ao se expressar em sua língua materna, reafirmando sua cultura e se opondo às imposições coloniais.

O líder do Xingu inicia pedindo para que ouçam o que ele tem a dizer: “*eu não gosto de ver as coisas sendo destruídas. Nossos antepassados, nosso povo, fomos nós que caminhamos primeiro sobre essa terra...*” Nesta materialidade histórica, verificamos a existência de um “domínio de memória”, validando esses enunciados, que reafirmam os sentidos presentes na fala de Krenak.

Metuktire continua seu depoimento: “*Vocês, brancos, não existiam aqui. Eram nossos antepassados que andavam por aqui. Eu não gosto de quem garimpa e procura minério na nossa terra*”. Destaca-se o protagonismo da ancestralidade indígena e a exploração das terras e das florestas pelo homem branco para realizar atividades nocivas. Sendo o discurso “um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível e polêmicos e estratégicos por outro” (FOUCAULT, p. 9, 2013a), o enunciado proferido pelo cacique atesta uma forma de luta política anteriormente destacada neste estudo: o direito ao território.

Escutem o que digo e pensem sobre isso. Se vocês continuarem destruindo as florestas, vamos todos parar de respirar, todos nós. Eu falo com todos vocês, com aqueles em Brasília e falo também com aqueles no exterior. É assim. É para o bem, para o nosso bem que faço as coisas assim. Por isso eu venho falando para vocês, vamos todos proteger as florestas.

O discurso da sustentabilidade ambiental perpassa toda fala de Raoni. Nele, ressalta-se a importância da preservação das florestas para os indígenas, em oposição aos brancos predadores, que só pensam em retirar riquezas das terras para lucro econômico. No depoimento do cacique, ficam evidentes “práticas divisoras”⁵ entre brancos e índios, sendo estes os maus e aqueles, os do bem. Ele ocupa a posição–sujeito líder, que busca conscientizar as pessoas pelo mundo sobre a intrínseca relação entre a salvaguarda dos direitos indígenas e a preservação das florestas, rios e todos os recursos naturais.

O líder Raoni, juntamente com a coletividade indígena, é exemplo de como é possível buscar viver uma vida de forma diferente, um efeito de *vida como obra de arte*, cuidando de si e dos outros. Isso é demonstrado quando o cacique fala sobre a necessidade de uma bio-política ambiental, que promova uma floresta bem cuidada, a fim de que dê frutos para prover a alimentação e permita, aos animais, também viverem em harmonia juntamente com os seres humanos.

Destaca-se a seguinte fala: “[...] consigo entender isso. Mas vocês, brancos, não sei. Não sei o que pensam de nós, indígenas. Vocês falam que nós somos bichos. Por acaso nós somos antas, somos macacos?”.

Conforme Foucault (2013b), o sujeito é uma construção sócio-histórica, produzido através de práticas discursivas. Ele alerta para a necessidade da mudança de práticas coloniais e racistas, em que há uma deturpação da posição sujeito indígena, pois, ao serem objetificados e animalizados, eles se tornam passíveis de descredibilização e apagamento na sociedade.

Embora as discussões sobre os direitos indígenas estejam inseridas no “verdadeiro da época” (FOUCAULT, 2013b), ainda hoje, no auge do século XXI, é necessário que Raoni trate dessas questões para combater os preconceitos historicamente instaurados.

⁵ Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”. Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual o ser humano torna-se ele próprio um sujeito (FOUCAULT, 2010, p. 273-274).

Metuktire é o exemplo do exímio líder que incentiva a “cultura de si” (*techne tou biou*) que estabelece o princípio do cuidado consigo e com os outros (FOUCAULT, 2002). Raoni alerta para o tratamento que deve ser dado às florestas e também destaca sua luta política em espalhar práticas, como a do cuidado com os povos e com a natureza, pelo mundo todo. Ele procura representantes de Estado, autoridades religiosas, dentre outras figuras políticas, para dialogar sobre pontos necessários à preservação do meio ambiente e dos povos originários. Seus discursos articulam o que Martins (2020) considera como um processo de resistência e resiliência.

Considerações finais

Ao longo desta produção científica, foi desenvolvido um percurso de análise, a partir da fala do filósofo indígena Krenak e do cacique Raoni, para cartografar pontos de resistência, que evidenciam lutas contra as formas de dominação (étnica, social, linguística), lutas contra formas de submissão e contra as formas de exploração da racionalidade política neoliberal, que se materializam em práticas discursivas, a que estão expostos os povos originários. No documentário *Falas da Terra*, foram identificadas *práticas epistemicidas* (CARNEIRO, 2023) de descrédito e inferiorização desses povos, fruto de uma estrutura social brasileira historicamente desigual e excludente.

A mobilização desses grandes líderes oferece visibilidade a um povo tantas vezes silenciado pelos colonizadores. Essa luta política é atravessada pelo dispositivo jurídico, pois muitas vezes, apenas por meio da garantia legalmente instituída, é que os direitos dos povos indígenas passam a ser exercidos (CUNHA, 2012; KRENAK, 2020).

Há uma regularidade na constelação de dizeres de Krenak e do cacique Raoni sobre suas lutas e resistências: elas devem ser sistemáticas e permanentes. O movimento de resistência indígena atravessa décadas e permanece ativo, tendo se aprimorado ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais articulado na defesa dos direitos civis. O embate, em busca de salvaguardas, fez com que compreendessem que somente por meio do dispositivo jurídico e da legislação instituída, eles conseguiriam algumas garantias políticas e sociais.

A partir das análises empreendidas, foi possível destacar três eixos principais de resistência nos discursos de Ailton e do cacique: a luta pelo território, pela preservação

das culturas indígenas e pelo direito à língua materna. Esses direitos, frequentemente ameaçados por projetos como o *Marco Temporal*, demonstram como o aparato jurídico é uma forma de poder (dispositivo) que, dependendo de como é utilizado, pode restringir ou assegurar as prerrogativas dos povos originários. Tornar-se essencial a contínua mobilização política em defesa dessas questões, para que o dispositivo jurídico atue em prol da causa indígena.

Além disso, há uma outra regularidade na formação discursiva que rege os dizeres de ambos os ativistas: a exaltação de uma prática de vida *agonística* (Foucault, 2002), mais sustentável e democrática, uma vez que a liberdade se manifesta no governo de si e do outro. Assim, demarcam uma *vontade de verdade* sobre a maneira como eles e seus povos vivem, que vai de encontro aos desejos e verdades do neocapitalismo. Enquanto os indígenas preservam os territórios, os neocapitalistas incendeiam e destroem a vida, das florestas e dos homens.

Esperamos que as reflexões aqui propostas sejam produtivas para o campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos e inspirem novas pesquisas que continuem a investigar as múltiplas formas de resistência dos povos originários, ampliando as discussões sobre as relações de saber-poder, as vontades de verdade e o dispositivo jurídico presentes na descontinuidade histórica que cerca, objetiva, subjetiva e constitui esses *sujeitos infames* (FOUCAULT, 2003).

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

BARACUHY, R. Cartografias da Resistência: as vozes das manifestações de rua. *MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*. ISSN: 0104-0944, v. 1, n. 57, p. 126-142, 2020.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CUNHA, M. C. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FISCHER, R. M. B. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Tradução de Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013a.
- FOUCAULT, M. *El pensamiento del afuera*. Valencia: Pré-textos, 1988.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H.; & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013b.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade III: cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUNAI. *Funai apresenta dados do IBGE sobre aumento de pessoas que se consideram indígenas*. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimocenso-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022>. Acesso em: 01 fev. 2023.
- KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MARASCIULO, M. Conheça a história do cacique Raoni Metuktire. *Revista Galileu*. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/11/conheca-historia-do-cacique-raoni-metuktire.html>. Acesso em 01 dez. 2023.

MARTINS, M. S. C. Indígenas brasileiros e a microfísica da resistência/resiliência territorial, cultural e linguística. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel. *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2020.

MONIOT, H A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 99-112.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.